



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI N º 21/2015

EMENTA: “DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAL REFLETIVO EM CAVALETES, CAÇAMBAS PARA ENTULHO E NAS PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS REALIZADAS EM VIAS PÚBLICAS, OU ÀS MARGENS DELAS”

RELATÓRIO:

De iniciativa do Ilustre Vereador José Longuinho Pires de Menezes, o Projeto de Lei em epígrafe dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de material refletivo em cavaletes, caçambas e nas placas de sinalização de serviços e obras realizadas em vias públicas ou às margens destas, abrangendo os serviços e obras executados pela iniciativa privada.

Determina ainda que a sinalização deve constar de ambos os lados e numa distância mínima de 2 (dois) metros do local da obra ou serviço.

Dispõe que as cores, tamanhos e formas das placas, caçambas e cavaletes contendo os dizeres: *ATENÇÃO, TRECHO EM OBRAS, REDUZA A VELOCIDADE*, serão definidos pelo Poder Executivo Municipal, e que devem conter, obrigatoriamente, o nome da empresa que executa o serviço e a obra naquela via pública.

Prevê penalidade de pagamento de multa no valor de 10 (dez) a 50 (cinquenta) UFIR em caso de descumprimento da referida lei, a ser paga pela empresa executora.

Por fim, diz que as disposições elencadas aplicam-se, no que couber, às obras e serviços realizados em área particular, e que a lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal.

A lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo observar seus preceitos as placas de propriedade do serviço público quando forem substituídas ou repintadas, bem



CÂMARA MUNICIPAL DE GUANHÃES

ESTADO DE MINAS GERAIS

como estipula o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da vigência, para as empresas executoras de serviços e obras já iniciadas.

A proposta não veio instruída com justificativa, nem qualquer outro documento, sendo que o texto legal a ser votado se encontra disposto em 07 (sete) artigos.


FUNDAMENTOS:

Passando à análise dos aspectos legais, não se verifica óbice à regular tramitação do presente Projeto de Lei, já que atende ao requisito legal de Iniciativa, bem como às demais formalidades, estando em consonância com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Guanhães e com a Lei Orgânica do Município.

Assim, submeto o Projeto de Lei n° 21 ao crivo político do Plenário.

É o parecer.

Guanhães, 08 de junho de 2015.


Tatiana Netto Miranda Faria

Procuradora da Câmara Municipal de Guanhães